HISTÓRICO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E RETROCESSOS

Autor(res)

Barbara Bedin
Nivea Silene Santos Beheregaray

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

UNIDERP | PPGSS MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Introdução

O presente resumo expandido, tem por objetivo abordar o histórico teórico-conceitual da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, bem como analisar os desafios estruturais e retrocessos do tema na agenda governamental brasileira. De modo mais específico, analisar como o governo federal vem apreendendo e qual postura vem assumindo na questão da SAN nas últimas décadas; especificar as principais políticas púplicas lançadas neste período; destacar as diferentes interações estabelecidas entre governo e sociedade civil, bem como da participação da sociedade civil organizada na construção das políticas da Segurança Alimentar e Nutricional..
A segurança alimentar e nutricional é um direito humano fundamental, previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006). No Brasil, a trajetória da insegurança alimentar reflete processos históricos de concentração de terras, desigualdade social e crises econômicas. A garantia de uma alimentação saudável e suficiente assegurando a ingestão de nutrientes em quantidades adequadas para a manutenção da qualidade de vida e saúde do indivíduo, além de essencial, é um direito de todos (Melo, Brum & Sales, 2017). Pretende-se apresentar um panorama do histórico da insegurança alimentar no país, destacando políticas públicas e conjunturas que moldaram este fenômeno.

Objetivo

O presente resumo expandido, tem por objetivo abordar o histórico teórico-conceitual da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, bem como analisar os desafios estruturais e retrocessos do tema na agenda governamental brasileira.

Material e Métodos

Realizou-se levantamento bibliográfico de artigos de periódicos teses e dissertações nacionais, indexados nas seguintes bases eletrônicas: SciELO, Lilacs e Portal de Teses Capes, Google Acadêmico e sites governamentais (para pesquisa de legislação pertinentes a Segurança Alimentar e Nutricional), Foram utilizadas combinações de palavras-chave e descritores como estratégia de busca, sobre “Insegurança Alimentar, “ Nutricão”; “Políticas Públicas” e “Fome”.

Resultados e Discussão

As principais definições sobre SAN no Brasil foram construídas e expressadas em grandes momentos de debate e de síntese, como em conferências sobre alimentação e nutrição; na aprovação de leis; na elaboração de documentos sobre o tema e na formulação e implantação de experiências na área (Amaral & Basso, 2026).

Entre as décadas de 1930 e 1980, o Estado adotou medidas pontuais, como a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) em 1972. No entanto, somente nos anos 1990 e 2000 políticas estruturantes ganharam força, com destaque para o Programa Fome Zero (2003) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que instituiu o SISAN em 2006.

3.3 Retrocessos e Desafios Recente

O Brasil nas últimas décadas experimentou avanços expressivos na redução da fome, impulsionados por políticas públicas de transferência de renda, fortalecimento da agricultura familiar e ampliação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Entretanto, a partir de 2015, fatores como crise econômica, retração de investimentos sociais, desmonte de estoques reguladores e a extinção temporária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) resultaram em retrocessos significativos. A pandemia de COVID-19 e a alta inflacionária de alimentos acentuaram a vulnerabilidade, recolocando o país no Mapa da Fome da FAO em 2022 (FAO, 2022).

Entre os principais desafios estão a recomposição orçamentária e institucional de políticas públicas (Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Bolsa Família), a valorização da agricultura familiar e de sistemas agroecológicos, a mitigação dos impactos das mudanças climáticas sobre a produção de alimentos e a necessidade de educação alimentar para reduzir o consumo de ultraprocessados. A superação da insegurança alimentar requer governança intersetorial, participação social e compromisso de longo prazo com a erradicação da pobreza e das desigualdades regionais.

A crise econômica a partir de 2015 e a pandemia de COVID-19 agravaram o quadro. Segundo relatórios da Rede PENSSAN (2022), mais de 33 milhões de brasileiros enfrentavam fome, revertendo avanços obtidos quando o Brasil havia saído do Mapa da Fome da ONU em 2014.

Conclusão

A análise histórica evidencia que a insegurança alimentar e nutricional no Brasil resulta de fatores estruturais como desigualdade social, concentração fundiária e crises econômicas. Apesar de avanços institucionais e programas de transferência de renda, a sustentabilidade das políticas públicas depende de continuidade governamental, participação social e integração entre saúde, agricultura e assistência social.

Referências

AMARAL, Volmir Ribeiro do; BASSO, David. Segurança alimentar e nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica. Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional, Taquara, v. 13, n. 1, p. 1-?, jan./jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório de Avaliação da Política de SAN. Brasília, 2010.

FAO. O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo 2022: repensando a segurança alimentar para todos. Roma: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.4060/cc0639pt. Acesso em: 26 set. 2025.

MELO, Zieli Marcolino de; BRUM, Michelle Franzen; SILVA, Angela Maria Caulyt Santos da; MEIRA, Débora Dummer; SALES, Maria Diana Cerqueira. Marcos. Referenciais na trajetória da segurança alimentar e nutricional:

panorama mundial e nacional. Pensar Acadêmico, Manhuaçu, v. 15, n. 1, p. 95-108, janeiro-junho, 2017.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira. Reflexões sobre o processo histórico/político de construção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2008.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de COVID-19 no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, 2022.